DESAPROPRIAÇÃO — CORREÇÃO MONETÁRIA

— A correção monetária nas desapropriações é devida até o efetivo pagamento da indenização.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Dina Benvinda Alencar Ferreira de Camargo *versus* Prefeitura Municipal de São Paulo

Recurso extraordinário n.º 70.225 — Relator: Sr. Ministro
BARROS MONTEIRO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com a ata de julgamentos e notas taquigráficas, conhecer do recurso e lhe dar provimento, unânimemente.

Brasília, 1.º de setembro de 1970.
Luiz Gallotti, Presidente. Barros Monteiro, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Barros Monteiro —
Sr. Presidente:

O despacho do ilustre Presidente do eg. Tribunal de Alçada Civil de São Paulo bem resume a controvérsia que se trava nos autos e é o seguinte:

“Nesta ação expropriatória decidiu a eg. Quinta Câmara: “no referente à correção monetária, de rigor, nenhum dos laudos foi integralmente aceito, mas, a maior porção da indenização repousou no trabalho de fôlhas 131-142, que é de 22/2/68, de menos de um ano, não impondo a solicitada determinação.”

Êsse trabalho adotado preponderantemente é do assistente técnico, ao passo que o laudo do perito judicial, não aceito, fôra apresentado um ano antes do julgamento.

E para que prevaleça a data deste último laudo, a fim de ser concedida a correção monetária, recorre extraordinariamente a expropriada, apontando para confronto e para demonstrar o dissídio jurisprudencial, várias decisões que assentaram: "a correção monetária, em processo de desapropriação, incide sobre o valor da indenização, conforme estimativa do perito judicial."

"O recurso, todavia, deve ser indeferido.

Realmente nenhuma das decisões apontadas declara que o laudo do perito judicial, embora não adotado, é que deve servir para fixação do lapso de tempo necessário à concessão da correção monetária.

Evidentemente que elas se referem a laudo judicial no sentido amplo, abrangendo inclusive os trabalhos dos assistentes técnicos, de modo que o julgador tenha em vista, para aquêle fim, o laudo efetivamente aceito, quer do perito judicial, quer do assistente técnico.

Se o laudo do perito judicial é desprezado, como na espécie, não tem nenhum efeito, é como se não existisse.

Do exposto, indefiro o seguimento do recurso."

Interposto agravo de instrumento dêsse despacho, nêle proferi despacho, determinando a subida do recurso extraordinário, para melhor exame do caso pelo Supremo Tribunal Federal (autos em apenso).

Com razões das partes, subiram os autos, oficiando a fls. 242 a douta Procuradoria-Geral da República, nos seguintes termos:

"1. O Tribunal *a quo*, fls. 198, em ação desapropriatória, declarou que não era incidente a Lei n.º 4.686/65 sobre a indenização fixada, pois que não decorrido o prazo de um ano entre o laudo adotado e a decisão judicial.

2. Daí, o recurso extraordinário fundado nas letras *a* e *d*, alegando-se que, em desapropriação, o laudo referido pela lei é o do perito oficial.

3. Somos pelo conhecimento do recurso.

4. A sentença inicial, conforme fls. 154, adotou o laudo do perito judicial, datado de setembro de 1967. O Tribunal *a quo*, porém, argumentou que nenhum dos três laudos, a rigor, fôra integralmente aceito e que o laudo datado de fevereiro de 1968 é que possuía maior dose para fundamento da decisão judicial.

5. Ora, segundo nos parece, tendo a sentença inicial adotado o laudo do perito judicial como ponto de partida para decretação da avaliação, embora não o aceitando integralmente, conforme seu livre convencimento, o aludido laudo, como referência de data, deveria prevalecer, não sendo permitido à instância superior, modificando de direito o total da avaliação, modificar também o ponto de referência relativo à data do laudo adotado. Este, para os efeitos da Lei n.º 4.686/65, era o constante da decisão de primeira instância, que serviu de base para a avaliação. Tivesse o juiz aceito outro laudo, que não o oficial, certamente a data daquele serviria de fundamento. Isto, no entanto, não ocorreu.

6. Somos pelo provimento do recurso.

Brasília, 11 de junho de 1970. *Mauro Leite Soares*, Procurador da República.

Aprovado: *Oscar Corrêa Pina*, Procurador-Geral da República, substituído".

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Barros Monteiro (Relator) — Sr. Presidente:

O apêlo, com efeito, merece o provimento pelo qual propugna o recorrente, nos termos do parecer da ilustrada Procuradoria-Geral da República: Se aceitou a sentença o laudo do perito judicial como ponto de partida para a fixação da indenização, embora não o aceitando integralmente, conforme o livre convencimento de seu prolator, o alu-

dido laudo, como referência de data, é o que deve prevalecer, não sendo lícito à instância superior, modificando de direito o total da avaliação, alterar, também, o ponto de referência relativo à data do laudo adotado. Este, como acentua o Doutor Procurador da República, para os efeitos da Lei n.º ... 4.686/65, era o constante da decisão de primeira instância, que serviu de base à avaliação. Outro fôsse o laudo aceito pelo juiz, que não o oficial, certamente a data daquele deveria servir de fundamento. Tal, no entanto, não ocorreu.

Mas, não só nessa parte, como naquela em que pleiteia a correção monetária, assiste razão à recorrente, face às recentes decisões do Supremo Tribunal, que enumera, a respeito, no sentido de ser a mesma computada até o efetivo pagamento do preço.

A talho de foice, vem o acórdão de que foi relator o Sr. Ministro Aliomar Baleeiro, publicado na *R.T.J.*, 50/197, e, onde julgou esta Turma:

“Desapropriação — Correção monetária. Sua aplicação até a data do efetivo pagamento — A jurisprudência do S.T.F. é copiosa e tranquila acêrca da aplicação retroativa da Lei n.º 4.686. A correção monetária, no espírito e fim dêsse diploma, deve repetir-se ao fim

de cada ano cumprido, até o efetivo pagamento e não apenas até a decisão na fase cognoscitiva. Se admitíssemos outra inteligência, o fim do legislador seria fácil e afrotosamente ludibriado, porque, para elidi-lo, bastaria o desapropriante procrastinar indefinidamente o pagamento efetivo, sem possibilidade, quase sempre, de eficaz reação do desapropriado.”

Em suma: conheço do recurso e lhe dou integral provimento.

É o meu voto.

EXTRATO DA ATA

RE 70.225 — SP — Rel., Ministro Barros Monteiro. Recte., Dina Benvenida Alencar Ferreira de Camargo (Adv., José de Oliveira Magalhães). Recda., Prefeitura Municipal de São Paulo (Adv., Enny Mercê Gallo Moraes).

Decisão: Conhecido e provido. Unânime.

Presidência do Sr. Ministro Luiz Gallo. Presentes à sessão os Srs. Ministros Barros Monteiro, Djaci Falcão e o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Aliomar Baleeiro e Amaral Santos.